



RSM Auditores Independentes S/S
Av. Rio grande do Norte, 1.436
Savassi
Belo Horizonte - MG | Brasil

T +55 31 3360-4206
www.rsmi.com
|www.rsmbrasil.com.br

18/março/2021

À: MAFO Movimento de Ajuda Familiar de Ocara

At.: Sra. Maria Luciana de Oliveira

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes nº 313-2021-7-MG

Prezado senhor,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S^a. as demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 da MAFO Movimento de Ajuda Familiar de Ocara., acompanhadas do Relatório dos Auditores Independente.

Atenciosamente,

Vinícius Marcos Alves Sabino

MAFO Movimento de Ajuda Familiar de Ocara

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

MAFO Movimento de Ajuda Familiar de Ocara

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores da
MAFO Movimento de Ajuda Familiar de Ocara
Ocara - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAFO Movimento de Ajuda Familiar de Ocara (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Entidades - PME, em conformidade com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações financeiras.

3. Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da MAFO Movimento de Ajuda Familiar de Ocara relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, não foram por nós auditadas nem por outros auditores independentes.

4. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

5. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2021.

Vinícius Marcos Alves Sabino
Contador CRC 1MG-121.072/O-5 “S”

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7 “S”



Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

O MAFO Movimento de Ajuda Familiar de Ocara, com sede no Centro – Ocara - CE é uma associação civil, de caráter filantrópico sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prestação de serviços de Assistência Social.

Atua na área de Assistência Social atendendo às famílias dos bairros Sereno, Vila São Miguel, Croatá, Sede, Vila São Marcos, Boa Esperança, Arisco Grande, Bairro São Pedro, Novo Horizonte, Placa de Ocara e Borges no Centro no Município de Ocara – CE, as quais são devidamente inscritas e participantes dos programas desenvolvidos pela MAFO.

Mantido pelo sistema de apadrinhamento do ChildFund Brasil de parcerias com o governo estadual e de doações especiais de pessoas ou empresas. A Associação não faz distinção de raça, cor, credo religioso ou político. É administrada por uma assembleia deliberativa, por um conselho fiscal com mandato de 03 (três) anos formado por membros da comunidade.

2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Entidades - PME, em conformidade com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 18 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Base de apresentação e estimativas contábeis

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis tais como: i) Provisão para perdas esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa, ii) Vida Útil dos Bens dos Ativos Imobilizados e Intangíveis, iii) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (Impairment), v) Provisão passiva para ações judiciais.

4. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

4.1. Apuração do resultado

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita é reconhecida na demonstração do resultado de acordo com valores e datas estipulado pelos associados. A receita é apresentada líquida de deduções.

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulantes, respectivamente.

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.4. Reconhecimento dos Trabalhos Voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da Administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

4.5. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

A Entidade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante conforme descrito abaixo:

a. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i)** Se espera realizá-lo, se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- (ii)** For mantido principalmente para negociação;
- (iii)** Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv)** Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

b. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i)** Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- (ii)** For mantido principalmente para negociação;
- (iii)** Se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv)** Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Entidade classifica todos os demais ativos e passivos no não circulante.

Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

4.6. Estimativas, premissas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, no final do período. Estas estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em vários outros fatores que acredita-se ser razoável sob as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas premissas são revistas numa base contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada.

Estimativas e premissas

Os principais pressupostos relativos ao futuro e outras principais fontes de incerteza das estimativas, na data do balanço, que tenham um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis para o próximo exercício fiscal, são descritos a seguir. A Entidade baseia suas premissas e estimativas sobre os parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. Circunstâncias existentes e premissas sobre eventos futuros, no entanto, pode mudar devido às mudanças no mercado ou circunstâncias além do controle da Entidade. Tais alterações são refletidas nas premissas em que ocorrerem.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ocorre quando o valor contábil de um ativo não financeiro, exceto estoques e imposto de renda diferido, ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso.

O valor justo menos o custo de venda é baseado em dados disponíveis de transações feitas em condições de mercado com ativos semelhantes ou preços observáveis de mercado menos os custos incrementais para alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais a Entidade ainda não está comprometida, nem significativos investimentos futuros que irão melhorar o desempenho da unidade geradora de caixa em questão. A quantia recuperável é mais sensível à taxa de desconto usada para o modelo de fluxo de caixa descontado, bem como aos futuros fluxos de recebimento de caixa e a taxa de crescimento usada para fins de extrapolação.

Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, no âmbito do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A provisão é revisada e ajustada para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros- A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Reconhecimento e mensuração inicial- A Entidade reconhece as contas a receber e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de associados sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de associados sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.8. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações operacionais da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	14	1.191
Banco conta movimento	117.757	6.500
Aplicação financeira	32.489	19.283
Total de caixa e equivalentes de caixa	150.260	26.974

6. Contas a receber

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Movimento bem maior	41.500	-
Total do contas a receber	41.500	-

7. Imobilizado

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estava assim representada:

	Taxa de depreciação ao ano %	2020	2019
Terrenos	-	500.000	500.000
Edificações	4%	39.000	39.000
Máquinas e Equipamentos	10%	47.563	45.380
Móveis e Utensílios	10%	17.797	17.797
Computadores e periféricos	20%	91.024	91.024
		695.385	693.202
Depreciação/ amortização acumulada		(111.067)	(89.500)
		584.318	603.702

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2019	Adições	Saldo em 31.12.2020
Bens				
Terrenos	-	500.000	-	500.000
Edificações	4%	39.000	-	39.000
Máquinas e Equipamentos	10%	45.380	2.183	47.563
Móveis e Utensílios	10%	17.797	-	17.797
Computadores e periféricos	20%	91.024	2.183	91.024
Total Bens		693.202	1.638	695.385
Depreciação				
Edificações		(20.280)	(1.560)	(21.840)
Máquinas e Equipamentos		(24.491)	(4.212)	(28.702)
Móveis e Utensílios		(6.836)	(1.354)	(8.190)
Computadores e periféricos		(37.893)	(14.441)	(52.334)
Total Depreciação		(89.500)	(21.566)	(111.067)
		603.702	(19.383)	584.318

Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2019
Bens					
Terrenos	-	5.000	495.000	-	500.000
Edificações	4%	39.000	-	-	39.000
Máquinas e Equipamentos	10%	44.215	4.553	(3.388)	45.380
Móveis e Utensílios	10%	18.068	-	(271)	17.797
Computadores e periféricos	20%	87.301	3.723	-	91.024
Total Bens		193.584	503.276	(3.659)	693.202
Depreciação					
Edificações		(18.846)	(1.434)	-	(20.280)
Máquinas e Equipamentos		(23.424)	(3.843)	2.776	(24.491)
Móveis e Utensílios		(5.629)	(1.369)	162	(6.836)
Computadores e periféricos		(23.690)	(14.203)	-	(37.893)
Total Depreciação		(71.589)	(20.848)	2.938	(89.500)
		121.995	482.428	(721)	603.702

8. Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações tributárias	31/12/2020	31/12/2019
INSS a recolher	542	579
FGTS a recolher	825	716
PIS a recolher	136	122
IRRF a recolher	167	281
Salários a pagar	-	105
CSRF a retido	-	31
IRRF retido	-	10
Provisão de férias	9.344	7.184
FGTS sobre férias	747	575
PIS sobre férias	93	72
Total	11.854	9.675

9. DFC's (Designated Fund Certificate) a repassar

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	110	15.821
DFCs recebidos destinados às crianças	93.489	58.436
DFCs repassados às crianças	(83.386)	(74.147)
Saldo a repassar às crianças	10.213	110

Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade, no montante de R\$ 56.719 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 56.719 em 31 de dezembro de 2019) representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado em função do superávit apurado. O valor de Superávit neste exercício foi de R\$ 93.253 e R\$ 36.125 de déficit acumulado.

11. Receita operacional líquida

Essa receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são compostas conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Doações do Child Fund Brasil	806.669	311.572
Subvenção e doações públicas	-	-
Subvenção e doações não governamentais	123.656	99.778
Isonção de tributos - INSS	22.623	19.567
Doações de associados e da comunidade	-	-
Serviços voluntários	-	-
Total	952.948	430.917

12. Despesas por natureza e função

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com Pessoal e encargos	(124.028)	(104.222)
Despesas com alimentação	(347.974)	(30.531)
Despesas com materiais para programas	(116.793)	(46.079)
Serviços de terceiros	(91.339)	(119.093)
Isonção de INSS	(22.623)	(19.567)
Despesas de depreciação e amortização	(21.631)	(20.881)
Despesas tributárias	(78)	(172)
Despesas gerais	(90.739)	(75.454)
Outras receitas e (despesas)	503	(735)
Total	(814.702)	(416.734)

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais-INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Entidade atendo ao disposto no Art.33 do Decreto nº 7.237/2010 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005.

Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Resultado financeiro - (despesas) e receitas financeiras

(Despesas Financeiras)	31/12/2020	31/12/2019
Tarifas bancárias	(3.584)	(3.830)
Juros	(55)	(15)
Total das (despesas) financeiras	(3.639)	(3.845)
Receita Financeira	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de aplicação financeira	365	481
Total das receitas financeiras	365	481
Resultado financeiro, líquido	(3.274)	(3.364)

14. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber, fornecedores, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 4, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 5): os saldos em contas correntes mantidos em bancos possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; e
- Contas a receber e fornecedores a pagar: apresentadas ao valor contábil e de realização, todos os saldos foram quitados dentro do exercício exceto por aqueles que tem vencimento no ano de 2021.

Risco de crédito- A Entidade não possui concentração de risco de crédito de associados, em decorrência da diversificação da carteira de associados.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco.

Risco de liquidez - O risco de liquidez consiste na eventualidade da Entidade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Entidade é monitorado diariamente pelas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Associação Comunitária de Padre Paraíso - ASCOPP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Gestão de risco de capital - Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos financeiros derivativos - A Entidade não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2020, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

15. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade mantinha cobertura de seguros para suas instalações e bens, em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Maria Luciana de Oliveira
Presidente
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Roberta Rocha Lima
Contador
CRC/CE: 020.997/O-0